

Mapa corrige distorções da preservação na Amazônia

Henrique Ruffato

Sérgio Adeodato

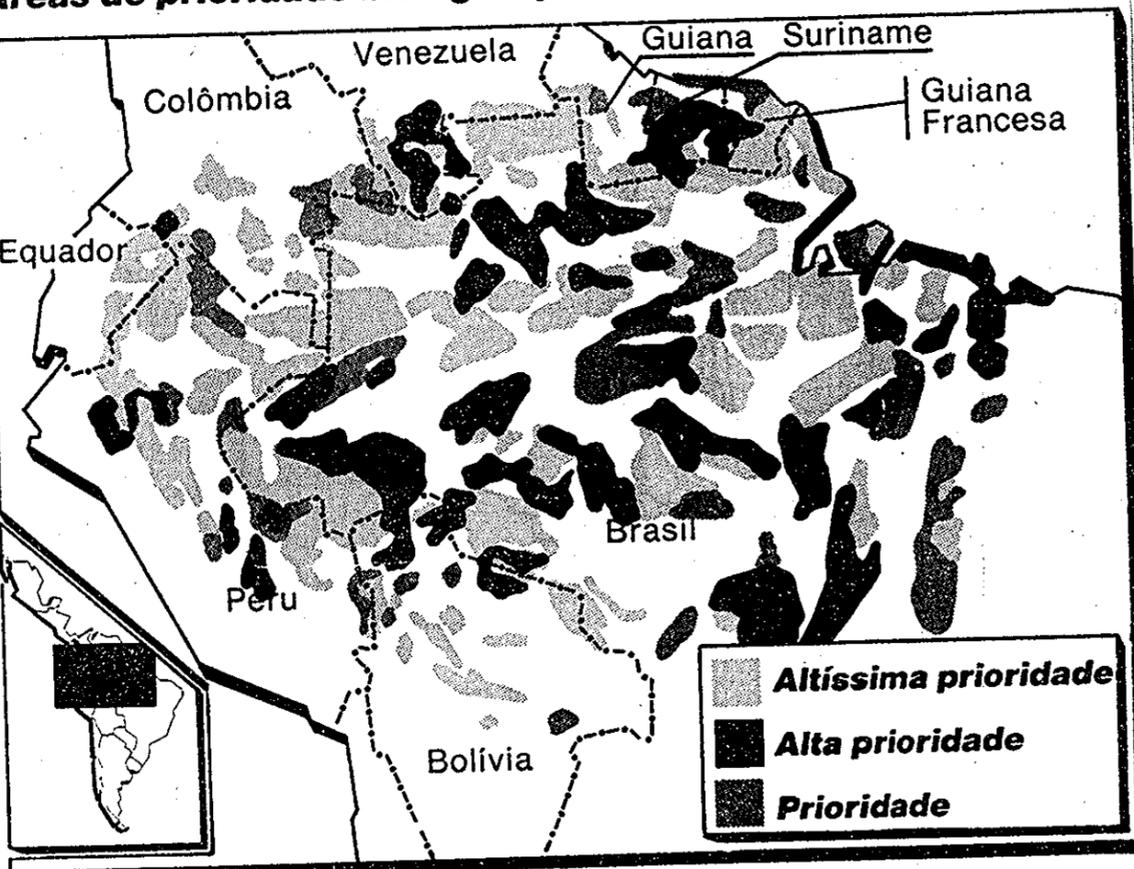
Áreas de prioridade biológica para conservação na Amazônia

O zoneamento econômico-ecológico da Amazônia que a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (Seae) deve concluir até 1992 levará em conta, pela primeira vez na história, um fato que tem preocupado os cientistas: 80% das áreas mais ricas em diversidade de espécies animais e vegetais estão situadas fora das unidades de preservação até hoje criadas pelos governos estaduais e federal. Muitos dos parques e reservas florestais, a maioria existente só no papel, foram criados sem qualquer critério biológico — das 38 unidades de conservação da Amazônia Legal, apenas quatro tiveram sua biodiversidade estudada antes dos decretos que as criaram.

Essa é a principal conclusão do cruzamento de 11 mapas elaborados por cientistas de todo o mundo num *workshop* realizado em janeiro e que agora estão sendo processados em Washington pelos computadores da Conservation International, uma das maiores entidades ambientalistas não governamentais do mundo. O mapa final, síntese da avaliação cuidadosa de botânicos e biólogos com especialidades que vão da borboleta aos sapos, será publicado até o final do ano através de um convênio entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Conservation International. Mas boa parte das informações já foram concentradas num mapa inicial, que reúne três categorias de prioridade para a preservação da diversidade biológica da região.

O mapa assinala 92 áreas de importância biológica, prioritárias para a conservação em toda a região amazônica, inclusive nas regiões pertencentes aos países vizinhos. Enquanto a Amazônia brasileira tem protegidos apenas 2,5% de sua área total, sem contar as reservas indígenas, o mapa feito pelos cientistas revela que 53% da região está em áreas biologicamente prioritárias para a conservação. Criados sem os estudos convenientes, há reservas e parques situados fora das 92 áreas de biodiversidade mais rica.

As regiões costeiras da Amazônia, que abrigam um ecossistema muito rico, influenciado pela água



doce e salgada, estão demarcadas no mapa como muito importantes para a proteção da diversidade genética. Mas ainda não há qualquer reserva ecológica nessa área. Igual riqueza existe na parte da Amazônia situada na transição entre a floresta de planície e a subida dos Andes, no Equador, também ainda não contemplada com unidades de preservação que garantam a biodiversidade.

Com as primeiras indicações obtidas pelo trabalho do grupo de cientistas que estão concluindo o mapa das áreas prioritárias para preservação, foi criada no Amazonas a primeira reserva de várzea do país — a Caverna do Maroajá, área de maior diversidade biológica da Amazônia brasileira por estar localizada na região do encontro da água escura do Rio Negro com a água barrenta do Rio Solimões, no município de Presidente Figueiredo. Essa área concentra informações biológicas provenientes dos ecossistemas guianenses, ao Norte, e dos andinos, a Oeste. Ali vive, por

exemplo, o pássaro galo-da-serra, ameaçado de extinção devido à cobiça dos caçadores por sua exuberante plumagem.

Além dessa, foram criadas outras cinco unidades de proteção no Amazonas em função das áreas indicadas no mapa. No Peru, foi criado o Parque Nacional Tambopata Candamo, num ponto considerado de prioridade máxima para a preservação biológica.

“O Plano Nacional de Meio Ambiente, financiado pelo Banco Mundial, obriga o Ibama a criar novos parques e reservas na Amazônia — e, para isso, pela primeira vez na história será usada uma base científico-biológica para escolher essas áreas”, ressalta o biólogo Carlos Miller, coordenador dos programas para o Brasil da Conservation International. O Ibama também precisará fazer um plano para preservar efetivamente as unidades mais prioritárias já criadas por decreto: recente levantamento encomendado à Universidade Federal

de Minas Gerais pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) revelou que o governo federal não tem títulos de propriedade de nenhum dos parques nacionais da Amazônia e todos sofrem manejos inadequados e pressão de caça e pesca.

Atualmente, a Conservation International está financiando grupos de cientistas para estudos biológicos de campo mais detalhados, de longo prazo, em cada uma das 92 áreas propostas — um desses grupos descobriu recentemente na Bolívia que uma das áreas prioritárias indicadas no mapa gerado pelo computador é biologicamente mais rica do que a região do Manu, no Peru, considerada até então a de maior biodiversidade em toda a Amazônia. Em 1993, possivelmente na Venezuela, os cientistas voltarão a se reunir para juntar as novas informações de campo e elaborar um mapa mais refinado com as áreas mais importantes para a proteção da biodiversidade na Amazônia.